



13 de maio de 2021

**DISCURSO DO MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO
NO 30º DIGITAL BUSINESS CONGRESS [APDC]**

Queria começar por agradecer o convite ao Professor Rogério Carapuça, Presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações, e à Senhora Eurodeputada Maria Manuel Leitão Marques, Presidente do Congresso.

Passou mais de um ano desde a última edição deste importante evento. Entre esse momento, em novembro de 2019, e o dia de hoje, o mundo mudou de uma forma que ninguém poderia, à altura, prever.

Durante este período, a nossa vida em comunidade sofreu um choque profundo. Fomos obrigados a testar até ao limite as nossas leis, comportamentos, instituições, infraestruturas - e a luta contra a pandemia obrigou-nos a encontrar formas alternativas de trabalhar e de viver. Distantes uns dos outros, é verdade, mas sempre em comunidade - ligados, interdependentes, em constante comunicação.

Esta procura de alternativas produziu algo que é hoje óbvio para todos: a *aceleração da transição digital da economia e da sociedade* - porque a consequência mais

imediate das restrições impostas ao contacto e à mobilidade foi tornar-nos *ainda* mais dependentes das ferramentas digitais para viver e trabalhar.

Queria recordar que, durante este longo período de emergência, o Governo e os operadores souberam encontrar em conjunto as respostas para assegurar a continuidade das comunicações.

Fizeram-no reforçando as redes de comunicações nas funções críticas do Estado, nos sistemas de saúde, nas empresas e nas casas das famílias;
assegurando comunicações gratuitas e ilimitadas para os profissionais de saúde;
garantindo a possibilidade de os portugueses recorrerem com sucesso ao teletrabalho;
e impedindo o corte dos serviços de comunicações nas famílias com menores possibilidades de pagamento.

Como resultado deste esforço conjunto, o tráfego de dados em comunicações mais que duplicou durante o confinamento; o comércio eletrónico teve um enorme crescimento; e todos nos habituámos a uma nova forma de trabalhar e de viver, entre videoconferências com colegas e com familiares.

E no meio disto tudo, o setor das comunicações não parou o seu investimento, soube responder às necessidades dos cidadãos e empresas, e deu o seu contributo para uma rápida transição digital.

Começo com estas palavras de reconhecimento porque, nos dias que correm, a constante crítica e a tentação da litigância tem tomado conta da discussão pública no setor das comunicações.

Esta atitude é, porém, muito pouco produtiva; ela retira valor às sinergias que poderiam existir entre todos os participantes num mercado que, *sim*, está a mudar e que *sim*, exige adaptação aos operadores face ao passado.

A verdade é que os desafios do *futuro* são mais importantes do que os esforços do *passado*; e que os interesses *comuns* que são mais *importantes* e mais *urgentes* do que o que nos separa.

É este o espírito com que o Governo olha para os problemas; e é com este espírito que conta com os operadores, o regulador e as autarquias para desenhar e executar a política de comunicações que o país precisa.

Na acelerada transição digital em curso, temos enormes desafios pela frente. Queremos que Portugal melhore nos níveis de *literacia digital*, o que passa por chegar a parte da população que ainda está distante destas ferramentas. Queremos também que as empresas portuguesas possam beneficiar da transição digital, que é uma das *fundações* da reindustrialização que o país necessita.

Há três dimensões fundamentais da política de comunicações onde se colocam desafios muito importantes: na dimensão da *acessibilidade infraestrutural*; na dimensão da *acessibilidade tarifária*; e na dimensão da *informação e mobilidade*.

A **acessibilidade infraestrutural**, em primeiro lugar. Apesar dos elevados índices de cobertura nacional, a verdade é que ainda há demasiados cidadãos em demasiados municípios que se queixam de falta de rede. Encontram-se, por isso, excluídos do acesso aos instrumentos sem os quais não há cidadania digital. O Governo está muito atento a este problema, e tem em curso um conjunto de instrumentos para o corrigir progressivamente.

Em primeiro lugar, as obrigações de cobertura inscritas no leilão do 5G são um passo importante, porque o seu cumprimento pelos operadores garantirá que, até 2025, 95% da população e 90% das freguesias de baixa densidade tenham cobertura de qualidade 4G.

Em segundo lugar, o investimento público em conectividade também vai avançar, assumindo o Estado o financiamento na implementação de redes de nova geração nos locais onde os operadores privados não chegam. Este esforço vai permitir que Portugal seja um exemplo internacional na disponibilidade de redes de comunicações ultra-rápidas, com soluções complementares e tecnologicamente neutras;

Por fim, queremos fazer de Portugal um ponto geoestratégico da economia de dados. É por isso que estamos a criar melhores condições para a localização de cabos submarinos e a instalação de centros de dados - para que as empresas escolham Portugal para operar, criar emprego qualificado e impulsionar a ciência, a tecnologia e os serviços digitais. O recente projeto anunciado, “Sines 4.0”, é, esperamos, o

primeiro de vários que vão permitir um alinhamento perfeito entre transição digital, transição energética e a industrialização do país.

No que diz respeito à **acessibilidade tarifária**, é preciso reconhecer que o mercado nacional de comunicações ainda carece de ofertas suficientemente diversificadas que satisfaçam as reais necessidades dos utilizadores.

Sobre esta questão, destaco duas iniciativas: o atual leilão do 5G que, ao permitir a entrada de novos operadores no mercado, deverá aumentar a concorrência e, dessa forma, permitir o aparecimento de um leque de ofertas mais diversificadas, simples e adequadas à escolha de cada um.

Por outro lado, a Tarifa Social da Internet, que estará no mercado brevemente, permitirá levar o acesso à internet a um conjunto de cidadãos que, por motivos económicos, estejam afastados dos instrumentos sem os quais não é possível hoje aceder a uma cidadania plena.

Por fim, sobre o problema da **informação e da mobilidade**. São ainda muitos os cidadãos que se queixam da complexidade e da dificuldade em escolher as melhores soluções de comunicações. A inevitável assimetria de informação entre grandes empresas e consumidores individuais joga, sabemos, contra estes últimos. Mas sem um nível adequado de informação e transparência não há um mercado funcional e não há boas decisões individuais.

É por isso que, num esforço conjunto entre o governo, o regulador e os operadores foi lançado há vários meses o projeto *tem.rede*, que permite que os cidadãos possam escolher o seu operador de forma mais esclarecida ou optar pelo sítio onde vão trabalhar ou viver com informação sobre os serviços que *realmente* estão disponíveis.

É também por isso que estamos neste momento a desenvolver legislação que garanta de forma mais robusta os direitos dos utilizadores de comunicações eletrónicas. Com isto, queremos permitir uma dinâmica mais acessível na contratação de serviços e maior fluidez no mercado.

Ou seja, estão em curso várias iniciativas que o Governo entende como essenciais para desenvolver uma política de comunicações à altura dos desafios do país e das necessidades dos cidadãos.

E um dos momentos principais deste trabalho tem início já na próxima terça-feira, com a apresentação e o início da discussão na Assembleia da República da proposta do Governo da nova Lei das Comunicações Eletrónicas.

Um trabalho que é necessariamente coletivo e que espero que possa juntar, num debate que se pretende amplo em torno de um instrumento legislativo basilar, todos os atores relevantes do setor.

Será certamente um momento importante para, debatendo as nossas diferenças, sermos capazes de convergir numa resposta coletiva que nos permita continuar a ser um dos países europeus mais avançados em termos de comunicações.